

JACSON CORRÊA
Procurador de Justiça no Estado de Santa Catarina.
Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
Professor dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Universidade do
Extremo Sul Catarinense

**PROTEÇÃO AMBIENTAL
&
ATIVIDADE MINERÁRIA**

**ELEMENTOS PARA A FORMAÇÃO DA
CIDADANIA ECOLÓGICA**

1ª edição (ano 2002)
5ª tiragem (ano 2006)

Juruá Editora Curitiba

**347.249:504(81)
C824p
1.ed.
5.tir.**



Av Munhoz da Rocha, 143 - Juvevê - Fone: (41) 3352-3900
Fax: (41) 3252-1311 - CEP: 80035-000 - Curitiba - Paraná - Brasil

ISBN: 85-362-0206-8

C824

Corrêa, Jacson.

Proteção ambiental & atividade minerária./ Jacson Corrêa./ 1ª ed. (ano 2002), 5ª tir./ Curitiba: Juruá, 2006. 252p.

I. Direito ambiental. 2. Atividade mineral. I. Título.

CDD 342 CDU 342.951

347.249:504(81)

C824p

1.ed.

5.tir.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
-------------------	----

CAPÍTULO 1

O DIREITO AMBIENTAL NO BRASIL	17
--------------------------------------	----

1. Considerações iniciais	17
2. A Lei 6.938, de 31.08.1981 e a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA	19
3. A Lei 7.347, de 24.07.1985 e a Ação Civil Pública	23
4. A tutela ambiental na Constituição Federal de 1988	27

CAPÍTULO 2

OS PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO DIREITO AMBIENTAL

	33
1. Considerações iniciais	33
2. Princípio do meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental da pessoa humana	36
3. Princípio da precaução e atuação preventiva	38
4. Princípio poluidor-pagador	43
5. Princípio da cooperação ou participação comunitária	46
6. Princípio da responsabilização	50
6.1. Considerações iniciais	50
6.2. A concretização do dano ecológico	53
7. A responsabilidade objetiva do autor do dano ambiental	56
7.1. A teoria do risco integral	60
7.2. A teoria do risco criado	62
7.3. A teoria do risco proveito	63
8. O dano moral ambiental	64
8.1. Considerações iniciais	64
8.2. A configuração do dano moral coletivo	67

CAPÍTULO 3

COMPETÊNCIA MUNICIPAL E MEIO AMBIENTE - A PROIBIÇÃO PARA MINERAR EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (PRECEDENTES LEGISLATIVOS E JUDICIAIS)

1. O Município e a Constituição Federal de 1988	73
2. O Município e seu rol de competências: comuns, concorrentes e privativas	77
3. O interesse local e o conflito de competências legislativas	81

347.249:504(81)

C824p

1.ed.

5.tir.



3.1. Considerações iniciais	81
3.2. Precedentes legislativos	87
3.3. Precedentes judiciais: os autos de Ação Civil Pública 698, de 27.11.1995	92
4. O regime legal da atividade mineraria no Brasil	100
5. Diretrizes e normas ambientais prescritas ao setor minerário	104
6. Impactos ambientais decorrentes da exploração do carvão	114
7. A compensação financeira pela exploração da atividade minerária- CFEM	120
7.1. Considerações iniciais	120
7.2. A natureza jurídica da CFEM	123
7.3. A aplicação da Receita da CFEM em favor da proteção ambiental	130

CAPÍTULO 4

ALTERNATIVAS PARA A DEFESA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL

1. Considerações iniciais	133
2. A crise ambiental e a participação do cidadão na solução dos conflitos	136
3. A interpretação construtiva das normas ambientais subsídios para a concretização do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	142
3.1. Crítica à função da dogmática no ordenamento jurídico	142
3.2. Crítica ao modelo de interpretação da lei	145
3.3. A interpretação evolutivas questão ambiental	150

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ANEXOS

GLOSSÁRIO

REFERÊNCIAS

ÍNDICE ALFABÉTICO

347.249:504(81)

C824p

1.ed.

5.tir.

